

Jornal CREDN

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Departamento de Comissões - Câmara dos Deputados - Setembro de 2013

ARTIGO 2

Governo é omissivo na garantia da Segurança Cibernética

POLÍTICA EXTERNA 3

Garcia enxerga deterioração do clima internacional e nova Guerra Fria

DEFESA NACIONAL 5

Documentos estratégicos para a Defesa Nacional são aprovados

MISSÃO EXTERNA 5

CREDN discute envio de missão para entrevistar Snowden na Rússia

ARTIGO 6

Segurança e Defesa Nacional

Brasil apresenta risco de atentados terroristas, concluem especialistas

LÚCIO BERNARDO JR/CÂMARA

Especialistas brasileiros e estrangeiros acreditam que o Brasil apresenta riscos de sofrer atentados terroristas, devido à visibilidade internacional e a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O assunto foi discutido no seminário internacional "Terrorismo e Grandes Eventos", promovido pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e do Senado e Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), do Congresso, no dia 19.

De acordo com os conferencistas, o país não está devidamente preparado para enfrentar o terrorismo, uma ameaça difusa que exige ação coordenada dos órgãos de segurança.

Especializado em contra-terrorismo, Marcus Reis afirmou "que essas organizações buscam invisibilidade e são totalmente descentralizadas. O Estado tem que aprender a combatê-las".

Representante da Weatherhead Center for International Affairs (EUA), Hussein Ali Kalout, destacou que os agentes da inteligência e as Forças Armadas são competentes, mas o baixo investimento é preocupante.

"O material humano é do mais alto calibre. O problema é que para se ter uma política de contraterrorismo é preciso de investimento, treinamentos e equipamentos modernos".

Já o diretor de Contraterrorismo da Abin, Luiz Alberto Salaberry, explicou que frequentemente, são realizados



De acordo com os conferencistas, o país não está devidamente preparado para enfrentar o terrorismo, uma ameaça difusa que exige ação coordenada dos órgãos de segurança

exercícios simulados; palestras de sensibilização em hotéis e com o pessoal receptivo dos aeroportos; e orientações ao setor privado. Há ainda um centro nacional de inteligência, e 12 regionais, que mantêm contato com órgãos de inteligência de 82 países.

No âmbito das Forças Armadas, o Exército dispõe de

um Centro de Coordenação de Prevenção e Combate ao Terrorismo e 12 Centros de Coordenação Tático Integrado, nas cidades-sede da Copa. Segundo o general Júlio Arruda, os exercícios acontecem com frequência e testes efetivos foram realizados na Jornada Mundial da Juventude (JMJ).

Tipificação

Signatário da Convenção de Palermo, que trata do crime organizado internacional, da Convenção Interamericana Contra o Terrorismo e de 13 acordos de assistência jurídica para prevenção e punição a atos terroristas, o Brasil não possui uma lei que tipifique este crime. Para o analista de assuntos estratégicos André Luís Woloszyn, as definições de terrorismo variam de país a país, mas, em regra, o terrorismo abrange ações violentas executadas por grupos e pes-

soas com objetivo de intimidar a população ou segmentos da sociedade e coagir o governo.

Nelson Pellegrino afirmou que a intenção é não criminalizar os movimentos sociais. "Por exemplo, você desenvolver um ataque a uma estação, a alguma instalação física do Estado, com o objetivo de criar o caos, isso pode ser uma ação terrorista. Mas se o movimento social tem um enfrentamento e isso gerar uma interrupção de um fornecimento de energia elétrica, não há uma intenção de criar o caos", exemplificou.

OPINIÃO

GUSTAVO LIMA

Governo é omissivo na garantia da Segurança Cibernética

A incidência dos crimes praticados com uso das tecnologias da informação e comunicação cresce no Brasil e no mundo. São delitos que não respeitam fronteiras. Recentemente, instituições e cidadãos brasileiros foram alvos de espionagem empreendida pelos Estados Unidos – algo inaceitável tanto do ponto de vista da soberania do País, quanto sob a ótica da privacidade. Por outro lado, é também inaceitável que o Brasil não tenha, até hoje, adotado práticas de combate aos crimes cibernéticos, pois, para além de qualquer interferência, o monitoramento norte-americano evidencia que o ciberespaço brasileiro está vulnerável.

Cabe ao Legislativo suprir algumas dessas lacunas. E foi com esse objetivo que travamos uma luta de mais de uma década no Parlamento, a fim de aprovar uma lei penal capaz de enquadrar os crimes digitais – matéria que, no entanto, foi sucessivamente adiada pelo Governo Federal e

pela bancada governista. Diziam que era preciso aprovar, primeiro, o Marco Civil da Internet, que demorou longos três anos para ser enviado ao Congresso e que atualmente não dispõe de acordo para votação.

Só diante da ação de hackers contra a atriz Carolina Dieckmann, o Parlamento agiu. Em 2012, aprovamos projeto que pune esse tipo de crime e também a proposta de minha autoria, com alguns cortes. Ainda assim, conseguimos manter no texto o item que regulamentava a defesa digital, modificando o Código Penal Militar. Mas este item, apesar de

elaborado a pedido das Forças Armadas, para que pudéssemos estar mais preparados para a chamada “guerra cibernética”, foi vetado pela presidente Dilma.

E o pior é que além de não ter um arcabouço penal adequado, com garantias à privacidade dos usuários; e além de não ter uma lei civil nesse sentido, porque não há um entendimento com relação ao Marco da Internet; o Brasil não toma providências práticas de segurança cibernética. Os dados mostram que o Governo destinou apenas R\$ 90 milhões de seu orçamento para a segurança



Eduardo Azeredo

digital. E ainda tem a irresponsabilidade de aplicar efetivamente apenas 9% desse valor.

O Brasil também não é signatário de acordos internacionais de combate aos delitos digitais. Particularmente, defendo a adesão do País à Convenção Internacional sobre o Cibercrime, a Convenção de Budapeste, que é hoje o principal tratado internacional de direito penal e processual e que define de forma harmônica os crimes praticados por meio das tecnologias da informação e suas formas de persecução.

Convenção de Budapeste

Mais de 60 nações em todo o mundo são signatárias desse tratado – os membros do Conselho da Europa, além de Estados Unidos, África do Sul, Canadá e Japão. Na América do Sul, Colômbia e Chile são membros. Mas o Itamaraty parece não estar muito interessado nessa questão, confirmando a omissão do Governo brasileiro no que diz respeito à segurança digital. Há, isto sim, uma enorme inabilidade e uma tremenda irresponsabilidade nesse setor.

Eduardo Azeredo
é deputado federal
pelo PSDB-MG

POLÍTICA EXTERNA

Garcia enxerga deterioração do clima internacional e nova Guerra Fria



Marco Aurélio Garcia

Marcelo Rech

Gaúcho de Porto Alegre, o professor aposentado do Departamento de História da Unicamp, Marco Aurélio Garcia, desde 2003 ocupa o cargo de Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.

Em 1990, na condição de Secretário de Relações Internacionais do PT, foi um dos organizadores e fundadores do Foro de São Paulo, criado para reunir partidos e movimentos de esquerda da América Latina e do Caribe.

Nesta entrevista exclusiva ele fala sobre o seu papel dentro do governo e dos desafios que o Brasil terá pela frente na cena internacional.

Qual o papel da assessoria internacional da presidência considerando que a formulação e execução da política exterior brasileira é uma prerrogativa do Itamaraty?

Garcia: A prerrogativa das grandes orientações da política externa, como de todas as grandes políticas do governo,

é da Presidência da República. O Ministério das Relações Exteriores é evidentemente o grande motor da implementação da política externa, inclusive da sua formulação. A Assessoria Especial não é uma instituição nova. Existiu em governos anteriores. O presidente Juscelino Kubitschek tinha o Augusto Frederico Schmidt como Assessor Internacional. E esse sim se chocou com o Itamaraty. Antes dele, Cleanto de Paiva Leite foi assessor do presidente Getúlio Vargas. Depois da democratização do país, em 1985, essa instituição foi restabelecida e persistiu em todos os Governos. A única novidade, a partir de 2003, foi de que o assessor não era mais diplomata, ainda que trabalhe com diplomatas. No passado somente nas presidências JK e Vargas é que o Assessor não era originário do Itamaraty.

E quais seriam as atribuições dessa assessoria?

Garcia: Preparamos discursos, pontos de conversação, notas de informação para a Presidenta, sempre em sintonia com o MRE. Recebemos personalidades que a Presidenta não pode receber. Participamos de debates, conferências e seminários que têm por objeto a presença internacional do Brasil e sua política externa.

E o senhor também realiza muitas missões ao exterior em nome do governo brasileiro, correto?

Garcia: Em várias situações fui encarregado de missões no exterior. Em alguns casos tratava-se de questões delicadas, algumas inclusive de caráter reservado. Estive

presente no resgate de reféns na Colômbia, na solução de conflitos entre países amigos e até mesmo, quando solicitado, em contenciosos nacionais.

O senhor atua no mesmo cargo desde o primeiro mandato do presidente Lula. Percebe alguma mudança em termos de política externa daquela administração para a atual?

Garcia: Normalmente há mudanças de estilo. É normal. Você não pode querer que dois presidentes façam exatamente as mesmas coisas ou que, obrigatoriamente, tenham de fazer coisas diferentes. Não houve descontinuidade política entre os dois Presidentes. A agenda internacional da Presidenta está, assim, mais focada em temas econômicos do que a do Presidente Lula. Mas o mais importante para comparar os dois governos é observar as mudanças da situação internacional. Do ponto de vista político, percebo uma deterioração do clima internacional – como se assistíssemos o renascimento de um certo clima de “Guerra Fria.”

Por que esse clima de nova Guerra Fria?

Garcia: Não vem se confirmando a disposição anunciada no começo do Governo Obama de realizar uma inflexão na política externa norte-americana, com ênfase maior nos valores, na defesa dos direitos humanos, na afirmação da democracia e na busca da paz. Esperava-se que em relação ao Oriente Médio – que é o foco maior de tensões internacionais – prevalecessem os conceitos enunciados no Discurso do Cairo. Mas o que se vê é uma disposição beli-

cista, que enfrenta resistências até nos EUA. Outro exemplo desse clima de Guerra Fria é a política de contenção da China, que faz pensar em outros momentos do Século XX, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Onde está o soft power que se prometia?

E em relação à América do Sul, caminhamos bem?

Garcia: Conseguimos um entrosamento muito grande na América do Sul em um momento em que esta região experimentou crescimento econômico, inclusão social e fortalecimento democrático. Para isso colaborou a emergência de Governos democráticos em toda a região, da mesma forma que a disposição desses novos governantes de se oporem às políticas neo-liberais antes dominantes.

Como o senhor avalia o envolvimento de outros atores, que não só diplomatas, mas legislativo, judiciário, ONGs, entidades da sociedade civil, com a política externa?

Garcia: É muito importante que o Congresso se ocupe da política externa. Há um crescente interesse, seja na Câmara, seja no Senado, por discutir os temas relacionados com a política externa. Essa sensibilidade permite que a política externa seja confrontada com idéias e propostas dos representantes do povo. Sindicatos, ONGs, movimentos populares estão crescentemente interessados nas questões internacionais. Assistimos a um interesse

Continua na
página 4

Continuação

maior da sociedade brasileira pelas questões internacionais, o que se constata no dia-a-dia, em manifestações de simpatia ou até mesmo de hostilidade à política externa.

Enquanto o governo celebra esta política externa há dez anos, ela também é alvo de muitas críticas. Por quê? Como explicar isso?

Garcia: Eu não gostaria que a política externa fosse monocórdia. Ou seja, que todo mundo estivesse de acordo com ela. Considero normal e desejável que a sociedade brasileira expresse posições divergentes. Há setores saudosistas, que querem voltar ao passado. Com esses é mais fácil polemizar porque a política externa do passado não provoca nostalgia. Outros tipos de divergências estão ligadas às posições que deverá adotar o Governo frente a possíveis desdobramentos da situação regional e internacional.

Como entender o momento político regional e o que projetar em termos de futuro para a integração?

Garcia: A integração ocorre em mais de uma velocidade: há a integração que se dá no espaço do MERCOSUL e aquela que ocorre no âmbito da UNASUL. O futuro da integração passa não só pelo fortalecimento dos fluxos comerciais. É mais importante fazer avançar a integração produtiva, que reduz as assimetrias, e impulsionar a construção de uma vasta infra-estrutura energética e logística. Mas temos também o desafio da integração financeira e, obviamente, da implementação de uma arquitetura institucional na região.

O Paraguai é uma relação especial para o Brasil?

Garcia: A relação Brasil-Paraguai é muito relevante. Mas o Paraguai necessita estar no MERCOSUL para se beneficiar do MERCOSUL. Não pode adotar uma posição ambígua e simplesmente ficar na porta do MERCOSUL.

Asuspensão do Paraguai – hoje assunto felizmente superado – ocorreu em obediência às cláusulas democráticas do bloco. O Paraguai está hoje fundamentalmente preocupado com o futuro e não com o passado.

Como avalia as tensões que são frequentes com os vizinhos?

Garcia: Frequentes e menores. Porque, por mais que alguns empresários possam estar incomodados com a Argentina, por exemplo, pergunte a eles se querem interromper as relações comerciais com a Argentina. Trata-se de um mercado extraordinário para o Brasil. Com outros países nós procuramos resolver nossos contenciosos pela negociação política. Com a Bolívia nós resolvemos plenamente os problemas surgidos. A Petrobras foi indenizada e os preços do gás sempre foram negociados de forma equilibrada. Da mesma forma, negociamos o preço da energia com o Paraguai. No conflito do Governo do Equador com uma empresa brasileira, fizemos sentir claramente o nosso desconforto. O tema foi levado para a Câmara Comercial em Paris e o Brasil ganhou a demanda. Mas

as relações foram normalizadas. Tanto é verdade que o Equador cogita, inclusive, o seu ingresso no MERCOSUL.

O senhor é muito identificado com o Foro de São

Paulo. Qual a importância deste mecanismo para o processo de integração?

Garcia: A maioria esmagadora das pessoas que criticam o Foro de São Paulo não têm a menor noção do que ele é. Trabalharam durante muito tempo com a ideia de que era uma espécie de “conspiração terrorista”. O Foro surgiu com o nome de Reunião de Partidos e Movimentos de Esquerda da América Latina e Caribe em julho de 1990, na cidade de São Paulo., quando predominavam

as ideias neoliberais no Brasil e no mundo. Nós concluímos que era fundamental uma nova política econômica e social e que os partidos e movimentos de esquerda deveriam lutar pela integração do continente. Tínhamos claro que não podíamos resolver nossos problemas de forma isolada. Essa iniciativa foi exitosa. Muitas das organizações que participaram e participam do Foro de São Paulo governam democraticamente seus países. Nenhuma delas deslizou para o autoritarismo, menos ainda para o terrorismo.

Hoje, o Brasil é mais respeitado ou temido na região? E fora dela, exercemos de fato protagonismo?

Garcia: Não acredito que o Brasil seja temido. Não vejo porque deveríamos ser temidos. É temido quem exerce a violência. Não somos potência militar. Nossa estratégia de defesa é dissuasiva. Às vezes somos criticados por sermos “complacentes” com países vizinhos. Não que haja complacência, mas respeito e inteligência política, que deve reger nossas relações internacionais com países grandes e pequenos.

O senhor está satisfeito com o papel do Brasil em temas que estão na agenda internacional, como Irã, Síria, e o conflito Israel-Palestina?

Garcia: Em 2010 tentamos uma negociação com o Irã, com o apoio da Turquia, sobre o Programa Nuclear Iraniano. Era uma proposta muito boa, que tinha o apoio do Presidente Obama. Mas nosso acordo não prosperou. As grandes potências ficaram preocupadas, perguntando-se, talvez: “quem são esses aí que estão se metendo em assunto que não é de sua alçada? Como estão tentando resolver uma questão que nós não conseguimos resolver?” A verdade é que a atitude dura das grandes

potências – os embargos – em relação ao Irã não resolveu o problema nuclear e só trouxe dificuldades para a população.

No caso da Síria, tivemos uma evolução positiva a partir da proposta russa que levou Damasco a aceitar a entrega do armamento químico, o que deverá aplicar-se também aos grupos armados de oposição. Evita uma solução militar unilateral que ofende o Direito Internacional, o multilateralismo e produz tragédias como as que assistimos no Iraque, Líbia e em partes da África do Norte.

A solução do conflito Israel-Palestina não avança pela incapacidade das potências envolvidas nas negociações de construir um marco justo e equilibrado para a coexistência pacífica e democrática dos Estados da Palestina e de Israel. A predominância de posições extremas em Israel – como a construção de colônias em Jerusalém oriental – alimenta o radicalismo de grupos palestinos que não reconhecem Israel. Esse nó tem de ser desatado.

A viagem da presidente Dilma a Washington está ameaçada por conta das denúncias de espionagem dos Estados Unidos?

Garcia: A viagem foi postergada. A Presidenta determinou antes o envio de uma missão técnica aos EUA, seguida de uma missão política chefiada pelo Ministro da Justiça. Fomos muito francos com o governo norte-americano sobre nosso desconforto e indignação com a intrusão de seus serviços de inteligência na vida de nossos cidadãos, empresas e da própria Presidência da República. Queremos explicações e desculpas, como foi dito ao vice-presidente Joe Biden e ao Secretário de Estado John Kerry. Expressamos nossa desconformidade e repúdio em relação a isso, mas nossa disposição não é utilizar esse problema para entorpecer nossas relações bilaterais. Os EUA e o Brasil estão “condenados” pela geografia a viver harmonicamente no mesmo continente.

“É muito importante que o Congresso se ocupe da política externa. Há um crescente interesse, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado, por discutir os temas relacionados com a política externa”

Documentos estratégicos para a Defesa Nacional são aprovados

A Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira, 12, as versões atualizadas da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN). De acordo com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Nelson Pellegrino (PT-BA), “estas são as cartas de princípios da nossa Defesa Nacional. A aprovação destes documentos irá fortalecer a nossa Defesa e impactar positivamente nas nossas Forças Armadas e na indústria nacional”, afirmou.

Pellegrino lembrou a tradição pacífica do Brasil e destacou que a Defesa Nacional do país é voltada para a dissuasão. “Nesses documentos,



Pellegrino: nestes documentos, encontramos as diretrizes para a atuação das nossas Forças Armadas

encontramos as diretrizes para a atuação das nossas Forças Armadas e uma delas diz respeito ao fortalecimento da integração regional e de uma maior cooperação com

os nossos vizinhos na área da Defesa”, explicou o deputado.

Segundo ele, “esses documentos mostram que nossa estratégia está baseada numa visão de defesa como

uma forma de proteger nosso território, a população, a soberania e nossas riquezas, ou seja, para mostrar que pensamos a defesa como forma de assegurar o potencial dissuasório do país”, afirmou.

De acordo com o ministério da Defesa, a Política Nacional de Defesa é o principal documento de planejamento da defesa do país e diz respeito aos objetivos e diretrizes para o preparo e emprego da capacitação nacional. A Estratégia Nacional de Defesa define como fazer o que foi determinado na PND, e o Livro Branco analisa o contexto estratégico do século 21 e fornece as perspectivas de médio e longo prazo, além de destinar-se a subsidiar a elaboração do orçamento e do planejamento plurianual.

CREDN discute envio de missão para entrevistar Snowden na Rússia

Na terça-feira, 17, os deputados Nelson Pellegrino (PT-BA), Ivan Valente (PSOL-SP) e Jaqueline Roriz (PMN-DF), discutiram com o embaixador da Rússia no Brasil, Sergey Pogóssovitch Akopov, o envio de uma missão parlamentar àquele país para entrevistar-se com o ex-funcionário terceirizado da Agência Nacional de Segurança (NSA), dos Estados Unidos, Edward Snowden, sobre a extensão dos programas de espionagem norte-americanos no Brasil.

As denúncias reveladas por Snowden resultaram no cancelamento da visita de Estado que a presidente Dilma Rousseff faria a Washington no dia 23 de outubro. Após conversar com o colega norte-americano Barack Obama, na segunda-feira, 16, a presiden-



Nelson Pellegrino deixou claro que não faz sentido um grupo de parlamentares se deslocarem à Rússia se não houver garantias de que haverá o encontro com o Edward Snowden

te considerou que não havia clima para uma visita de Estado e abriu mão da viagem.

Missão política

De acordo com Nelson Pellegrino, o embaixador irá levar à chancelaria russa o pedido de encontro dos depu-

tados com Snowden. A princípio, não há nada que impeça a reunião. Segundo Sergey Akopov, “ele (Snowden) é uma pessoa livre que pode transitar por toda a Rússia e a única condição imposta a ele é que não trabalhe em território rus-

so para prejudicar os Estados Unidos e as nossas relações bilaterais com Washington”.

O presidente da CREDN deixou claro que “não faz sentido um grupo de parlamentares se deslocarem à Rússia se não houver garantias de que haverá o encontro com o Edward Snowden. As explicações até então oferecidas pelo governo dos Estados Unidos não se sustentaram e é nossa obrigação conhecer as dimensões desses programas”, explicou Pellegrino.

Para Ivan Valente (PSOL-SP), “o Snowden é responsável pela elucidação de um dos maiores esquemas de espionagem da história. As informações reveladas por ele são gravíssimas e demonstram a total vulnerabilidade a que está submetida à privacidade de milhões de brasileiros”.

OPINIÃO

GUSTAVO LIMA



Vitor Paulo

Segurança e Defesa Nacional

Os dois grandes ajustes orçamentários sofridos pela Defesa Nacional este ano, muito nos preocupam. O primeiro contingenciou R\$ 3,67 bilhões dos R\$ 18,71 bilhões iniciais. Agora, no mais recente ajuste, retirou R\$ 919 milhões do orçamento total do Ministério

da Defesa. Dessa forma, restam apenas R\$ 14 bilhões para fazer funcionar a Marinha do Brasil, o Exército e a Força Aérea Brasileira.

Um grande território como o brasileiro não pode e nem deve se desguarnecer das forças de vigilância, proteção e inteligência nacionais. São mais de 8.500 km² de área física para administrar, fronteira de mais de 17.600 km com nove países da América do Sul para policiar mais uma fronteira marítima de 7.367 km para resguardar reservas ecológicas, biomas e riquezas minerais do subsolo oceânico.

O Brasil, com imensas riquezas a proteger e re-

pleto de problemas com as suas fronteiras marítima e territorial, não deve inviabilizar as diversas atribuições e missões das Forças Armadas por meio de reduções orçamentárias. Uma eficaz proteção das nossas fronteiras pode contribuir na prevenção do contrabando de armas e do tráfico de drogas, ilícitos causadores do aumento da criminalidade e até mesmo da taxa de homicídios nas cidades brasileiras. Tudo isso depende de aporte financeiro.

Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas são outro assunto de grande relevância para a Segurança e Defesa Nacional do nosso País. Estes

não devem ser relegados, e sim priorizados com um orçamento mais abrangente, capaz de atender todas as demandas das três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica.

Vemos que os recursos, na sua integralidade, já não contemplam as despesas de custeio e investimento necessárias. A redução desses números piora a situação. A sexta economia no cenário internacional exige Defesa compatível, pelo menos para facear as ameaças já conhecidas e outras pouco visíveis.

**Vitor Paulo é
deputado federal
pelo PRB-RJ**

ATIVIDADE PARLAMENTAR

CPLP: No dia 11 de setembro, a Subcomissão Permanente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi instalada sob a presidência da deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP). Segundo ela, “principal desafio é o Brasil entender a importância estratégica deste mecanismo que é integrado por oito países de quatro continentes”. Ela informou ainda que entre 4 e 7 de novembro, será realizada em Luanda, Angola, a 4ª Conferência Parlamentar da CPLP.

Venezuela: O fornecimento e distribuição de energia elétrica da Venezuela para o Estado de Roraima será objeto de audiência pública a ser realizada pela CREDN. É o que prevê requerimento do deputado Urzeni Rocha (PSDB-RR), aprovado na quarta-feira, 11. Ainda sem data marcada, a audiência irá ouvir representantes da Eletronorte, da Eletrobrás, da Companhia Energética de Roraima e da venezuelana Electrificación del Caroní (EDELCA). De acordo com Rocha, Roraima convive com apagões e interrupções frequentes no fornecimento de energia.

Rússia: A CREDN aprovou requerimento do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), solicitando informações do ministério da Defesa acerca das negociações já iniciadas com o governo russo para a aquisição de duas baterias antiaéreas de baixa altura (IGLA) e três de média altura (PANTSIR-S1), com os respectivos itens logísticos, de simulação e capacitação de operação e manutenção. “A decisão menciona a transferência irrestrita de tecnologia, por dispensa de licitação, mas precisamos conhecer os detalhes acerca dos custos, do percentual mínimo de nacionalização e de como se dará o compartilhamento das tecnologias, além da necessária participação de empresas brasileiras nestes contratos”, explicou o deputado.

Timor Leste: Parlamentares da Assembleia Nacional do Timor Leste estiveram reunidos na quarta-feira, 4, com a vice-presidente da CREDN, deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), para discutir a criação de um órgão de controle externo da Inteligência do país. De acordo com os deputados Duarte Nunes e Antoninho Bianco, o serviço de Inteligência timorense está sendo estruturado com o apoio da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e faz-se necessário criar no âmbito do Legislativo local, um órgão de controle dessas atividades.